

Prefácio

Que é o tempo histórico? Essa é uma das perguntas mais difíceis de se responder no campo da historiografia. A questão nos leva necessariamente a adentrar o terreno da teoria da história, sob uma perspectiva ainda mais profunda do que a habitual. Pois as fontes do passado são capazes de nos dar notícia imediata sobre fatos e idéias, sobre planos e acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si.

Para tentar responder a essa questão, recorrente no campo dos estudos da história, precisaremos lançar mão de uma abordagem teórica, pois os testemunhos da tradição e do passado têm-se mostrado insuficientes.

No curso de uma investigação comprometida com circunstâncias históricas não é necessário formular explicitamente a pergunta sobre um tempo histórico. Ainda assim, a datação exata é imprescindível para que se possa organizar e narrar esse conteúdo constituído de eventos. Mas a datação correta é apenas um pressuposto, e não uma determinação da natureza daquilo que se pode chamar de “tempo histórico”.

A cronologia — como ciência auxiliar que é — responde às questões sobre datação à medida que anula as diferenças entre os inúmeros calendários e medidas de tempo empregados ao longo da história, reunindo-os em um único tempo, regido segundo o nosso sistema planetário e calculado segundo as leis da física e da astronomia. Esse tempo único, natural, passa a ter, então, o mesmo valor para todos os habitantes da Terra (se desconsiderarmos as diferenças nas estações do ano e nas variações na duração de um dia). Pode-se partir do mesmo princípio no que se refere ao tempo biológico do homem, o qual, a despeito dos recursos da medicina, varia de maneira bastante limitada. Mas esse pressuposto natural, contido em nossa divisão do tempo, será estranho à investigação da co-incidência entre história e tempo, se é que se pode falar da existência de algo como um “tempo histórico”.

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas;

que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do trenó ao avião, mesclam-se, superpõem-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. Por fim, que contemple a sucessão das gerações dentro da própria família, assim como no mundo do trabalho, lugares nos quais se dá a justaposição de diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe. Esse olhar em volta já é suficiente para que se perceba a impossibilidade de traduzir, de forma imediata, a universalidade de um tempo mensurável e natural — mesmo que esse tempo tenha uma história própria — para um conceito de tempo histórico.

A própria singularidade de um tempo histórico único, distinto de um tempo natural e mensurável, pode ser colocada em dúvida. Pois o tempo histórico, caso o conceito tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as conseqüências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio. Pensemos, para ficarmos em exemplos do mundo cotidiano, nos diferentes calendários festivos que articulam a vida em sociedade, na alternância dos tempos dedicados ao trabalho e em sua duração, que determinaram a seqüência da vida no passado e continuam a determiná-la diariamente. É assim que o ensaio que se segue não falará de um único tempo histórico, mas sim de muitos, sobrepostos uns aos outros. Nas palavras enfáticas de Herder, dirigidas contra Kant:

Na verdade, cada coisa [*Ding*] capaz de se modificar traz em si a própria medida de seu tempo; essa medida continua existindo, mesmo se não houver mais nenhuma outra ali; não há duas coisas no mundo que tenham a mesma medida de tempo (...). Pode-se afirmar, portanto, com certeza e também com alguma audácia, que há, no universo, a um mesmo e único tempo, um número incontável de outros tempos.¹

Na tentativa de tematizar o tempo histórico, não se pode deixar de empregar medidas e unidades de tempo derivadas da compreensão físico-matemática da natureza; as datas, bem como a duração da vida de indivíduos e instituições, os momentos críticos de uma seqüência de acontecimentos políticos ou militares, a velocidade dos meios de transporte e sua evolução, a aceleração ou desaceleração da produção industrial, a

velocidade dos equipamentos bélicos, tudo isso, para citar apenas alguns exemplos, só pode ter seu peso histórico avaliado se for medido e datado com o recurso à divisão do tempo natural.

No entanto, a interpretação das circunstâncias produzidas a partir dos fatores acima citados conduz para além das determinações temporais compreendidas de maneira física ou astronômica. As decisões políticas tomadas sob a pressão de prazos e compromissos, o efeito da velocidade dos meios de transporte e de informação sobre a economia ou sobre ações militares, a permanência ou instabilidade de determinadas formas de comportamento social no âmbito das exigências econômicas e políticas temporalmente determinadas, tudo isso conduz obrigatoriamente — seja através de um processo de atuação e ação recíproca ou de uma relação de dependência — a um tipo de determinação temporal que, sem dúvida, é condicionada pela natureza, mas que também precisa ser definida especificamente sob o ponto de vista histórico. Se contemplarmos o conjunto dessa cadeia de eventos, isso nos levará a um processo de determinação e a uma doutrina das épocas, as quais, conforme o domínio específico visado, podem configurar-se de maneira completamente diferente, ou mesmo justapor-se umas às outras. O presente volume trata apenas eventualmente dessas questões social e historicamente saturadas, mesmo quando pretende contribuir para o aguçamento dessa perspectiva.

Os ensaios que se seguem têm uma intenção mais modesta. Debruçam-se sobre textos nos quais a experiência temporal manifesta-se à superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita. Para ser mais claro: investigaram-se aqueles textos que, explícita ou implicitamente, abordam a relação entre um determinado passado e um determinado futuro.

Desde a Antigüidade até os dias de hoje acumulam-se inúmeros testemunhos dessa relação: políticos, filósofos, teólogos e poetas, mas também manuscritos de autoria desconhecida, provérbios e enciclopédias, quadros e sonhos foram investigados, assim como os próprios historiadores. Todos os testemunhos atestam a maneira como a experiência do passado foi elaborada em uma situação concreta, assim como a maneira pela qual expectativas, esperanças e prognósticos foram trazidos à superfície da linguagem. De maneira geral, pretendeu-se investigar a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro.

A hipótese que se apresenta aqui é a de que, no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um “tempo histórico”. É próprio das circunstâncias biologicamente determinadas do ser humano que, com o envelhecimento, também a relação com a experiência e a expectativa se modifiquem, seja por meio do recrudescimento de uma e desaparecimento da outra, seja por meio de um mecanismo em que ambas se compensem mutuamente, seja ainda pela constituição de horizontes situados além da biografia de cada um, que ajudem a relativizar o tempo finito de uma vida individual. Mas a relação entre passado e futuro alterou-se, de forma evidente, também na seqüência das gerações históricas.

Nos estudos que se seguem, evidencia-se como um resultado constante o fato de que, à medida que o homem experimentava o tempo como um tempo sempre inédito, como um “novo tempo” moderno, o futuro lhe parecia cada vez mais desafiador. É por isso que nossa investigação incide particularmente sobre um determinado tempo presente e sobre o tempo que se lhe apresentava então como o futuro, ora para nós já decorrido. E, se no cômputo da experiência subjetiva, o futuro parece pesar aos contemporâneos por ele afetados, é porque um mundo técnica e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida.

Sob o ponto de vista dessas investigações, mantém-se inalterada a importância das condições de longa duração que se perpetuam desde o passado, condições que, aparentemente, caíram no esquecimento. Esclarecê-las é tarefa da história estrutural, à qual os seguintes estudos pretendem ter dado sua contribuição.

No que diz respeito à metodologia, as investigações concentram-se na semântica dos conceitos fundamentais que plasmaram a experiência histórica do tempo. O conceito coletivo de história [*Geschichte*], forjado no século XVIII, tem aqui um significado predominante. Por meio desse conceito é possível demonstrar que certos mecanismos e formas de elaboração da experiência só puderam emergir a partir do advento da história [*Geschichte*] vivenciada como um tempo novo, inédito. Nosso conceito moderno de história [*Geschichte*] resultou da reflexão iluminista sobre a crescente complexidade da “história de fato” ou da “história em si” [*“Geschichte überhaupt”*], na qual os pressupostos e condições da ex-

periência escapam, de forma crescente, a essa mesma experiência. Isso é válido tanto para a história universal de longo alcance geográfico, contida no conceito moderno de “história em si” ou “história de fato”, quanto para a perspectiva temporal na qual passado e futuro realinham-se recíproca e alternadamente, de maneira contínua. Esta última tese, disseminada ao longo de todo o livro, constitui o objetivo final da categoria da temporalização.

As análises englobam inúmeros conceitos como revolução, acaso, destino, progresso ou desenvolvimento, conceitos capazes de complementar o próprio conceito de história [*Geschichte*].

Também abordaremos os conceitos do campo semântico referente às Constituições de Estado, tanto no seu significado temporal próprio quanto no que diz respeito às transformações desses significados. Por fim, investigaremos as categorias de tempo determinadas pela ciência, assim como as marcações de época determinadas pelos historiadores, marcações que tenham registrado — e eventualmente favorecido — uma transformação da experiência.

As análises semânticas aqui apresentadas não têm por objetivo primeiro um estudo de caráter lingüístico-histórico. Em vez disso, elas pretendem investigar a constituição lingüística das experiências temporais, ali onde elas se manifestaram. Assim, as análises ampliam-se cada vez mais, seja com o intuito de esclarecer o contexto histórico-social, seja para acompanhar o traçado da orientação lingüístico-pragmática ou lingüístico-política dos autores e oradores, ou ainda com o intuito de fazer deduções, a partir da semântica dos conceitos, sobre a dimensão histórica e antropológica inerente a toda conceitualidade e a todo ato de linguagem. É por isso que decidi incluir neste volume o estudo sobre sonho e terror, no qual a linguagem emudece e as dimensões temporais parecem estar invertidas, a despeito de tal estudo ser, do ponto de vista metodológico, menos consistente do que os demais.

As três grandes seções do livro não têm por tarefa a reprodução de uma continuidade rigorosa do pensamento. Trata-se, antes, de pontos-chave, que remetem uns aos outros e que se disseminam pela obra toda, com pesos diferentes. Primeiramente, são postos em contraste diferentes recortes semânticos transversais alinhados em seqüência diacrônica. A seguir, ocupam o primeiro plano da análise algumas interpretações do âmbito da teoria da história e da historiografia. Por fim, são considerados, de maneira mais intensa, alguns aspectos lingüístico-pragmáticos e

antropológicos no campo da semântica dos tempos históricos. Ainda assim, é preciso lembrar que a organização dos conteúdos não deixa de obedecer a um certo caráter aleatório, pois cada ensaio foi concebido como uma unidade fechada, o que não impede que exemplos, explicações metodológicas e excertos de cunho teórico sobre a relação entre linguagem e realidade histórica sejam válidos para toda a extensão do estudo. A fim de evitar repetições desnecessárias e adequar os textos uns aos outros, foi necessário alterar quase todas as citações, complementando-as ou abreviando-as. Foram também acrescentadas algumas indicações sobre a bibliografia surgida durante o período de elaboração do livro.

A maior parte dos ensaios foi concebida em estreita associação com o planejamento e a elaboração do dicionário *Geschichtliche Grundbegriffe* [Conceitos históricos fundamentais], editado por Otto Brunner, Werner Conze e por mim. Assim, eu gostaria de fazer referência a esse *Dicionário* e à contribuição dos colegas, aos quais eu expressei meu agradecimento pelas inúmeras sugestões feitas.

Agradeço ainda a Siegfried Unseld, que, a despeito de uma promessa de entrega que se perpetuou por anos a fio, esperou pacientemente pela finalização do livro. Que seja aqui também lembrada a senhora Margarete Dank, que veio a falecer repentinamente logo após a impressão da primeira prova do livro, deixando uma dolorosa lacuna em nossa instituição e nos trabalhos do *Dicionário*. Por fim, agradeço a Rainer Schlick e Georg Stanitzek pela revisão e elaboração dos registros.

Bielefeld, janeiro de 1979

R.K.